

DOSSIÊ DITADURA

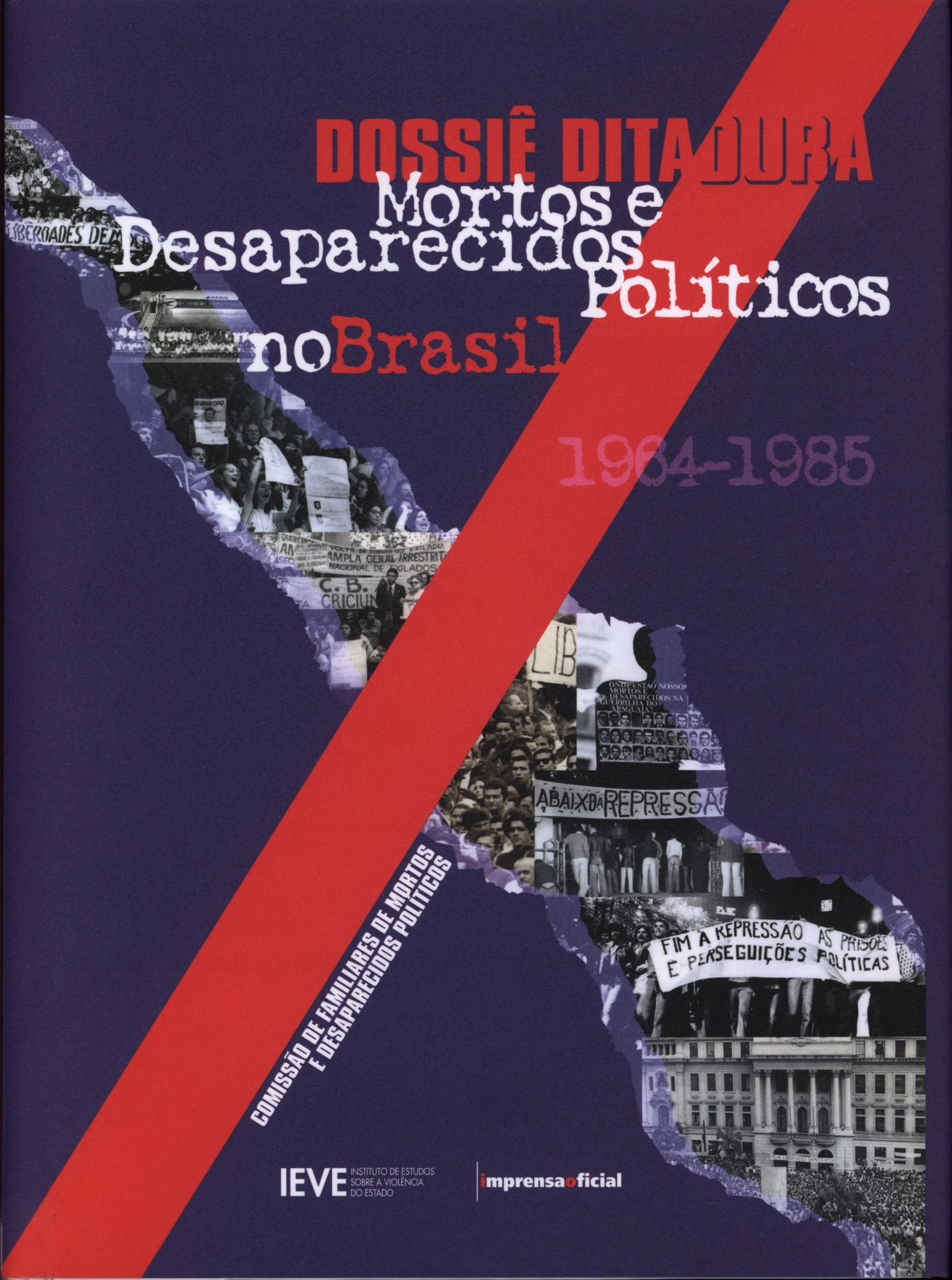
Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil

1964-1985

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

IEVE INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO

imprensa oficial



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP. Caso 264/96, na CEMDP.



contrada nos arquivos do DOPS/SP, mostra que, em pleno verão, José Milton trajava roupa extremamente pesada, uma grossa japona de lã e calça de veludo, tendo o pescoço envolto em lenço ou cachecol, uma possível tentativa de encobrir marcas de violência. Assim mesmo, é possível visualizar os possíveis causadores dos ferimentos internos da cabeça: várias lesões e equimoses no nariz, canto do olho esquerdo, queixo e testa, não descritas no laudo. O laudo em que consta sua identificação com nome falso foi assinado pelos médicos legistas Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca, confirmando a morte em tiroteio na rua Tácito de Almeida esquina com a rua Cardoso de Almeida, em São Paulo.

No arquivo do DOPS/SP, foi encontrada a requisição de exame necroscópico ao IML marcada com a letra T de “terrorista”, conforme tratamento dado pelos órgãos de segurança aos militantes da esquerda revolucionária. No documento, informa-se que José Milton morreu às 16 horas de 5 de dezembro, mas o horário de entrada do corpo no IML foi 21 horas. Além disso, trazia, em anexo, a ficha datiloscópica com a identificação de José Milton. Apesar disso, ele foi enterrado como indigente e com o nome de *Hélio José da Silva*, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, na capital paulista, onde permanece até a edição deste *Dossiê*.

O caso foi aprovado por 6 votos a favor e 1 contrário, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 19 de novembro de 1996.

Carlos Eduardo Pires Fleury

Nasceu em 5 de janeiro de 1945, em São Paulo (SP), filho de Hermano Pires Fleury Jr. e Maria Helena Dias Fleury. Morto em 10 de dezembro de 1971. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Era estudante de Filosofia da USP e do curso de Direito da PUC.

Era subcomandante do Grupo Tático Armado da ALN quando foi preso em 30 de setembro de 1969. Levado para a Oban, foi torturado por vários dias, chegando a ter uma parada cardíaca. Ao ser transferido para o Presídio Tiradentes, denunciou as torturas sofridas por ele e seus companheiros na prisão em uma carta dirigida ao ministro interino da Justiça e seu antigo professor da Faculdade de Direito, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, redigida em janeiro de 1970. Denunciou também que Virgílio Gomes da Silva, dado como desaparecido, fora assassinado sob tortura na antevéspera de seu próprio suplício, descrito em seu depoimento:

Não vou enumerar exatamente o que sofri momento a momento, vou dar alguns exemplos dos métodos de interrogatório que sofri: o pau-de-arara, telefone, choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no resto do corpo como o mostram as cicatrizes que tenho até hoje. Os choques que levei no segundo dia de tortura foram de 220 volts [sic] e durante mais de cinco horas seguidas [fiquei] pendurado no pau-de-arara, o que me causou uma parada cardíaca. Quando isto ocorreu estavam chegando, naquele momento, na OBAN, os delegados do DOPS, Tucunduva, Fleury e Raul Ferreira. Foram estas pessoas que me fizeram voltar à vida, através de massagem no coração, fricção com álcool pelo corpo, etc., pois o pessoal da OBAN deu-me como clinicamente morto. Esta sessão [...] foi precedida por uma tarde de agressões e choques na cadeira do dragão, além de ter ficado na noite anterior das 22h30 até 6h30 da manhã deste dia no pau-de-arara levando choques.

Carlos Eduardo tentou o suicídio, inventando um encontro na avenida Brigadeiro Luiz Antônio, onde entrou em uma loja, apossou-se de uma tesoura e a enfiou no peito, mas não morreu. Levado para o Hospital das Clínicas, recuperou-se e, conforme denuncia na carta, apesar de seu estado físico depois de ter passado por tudo isso, voltou ao pau-de-arara e à cadeira do dragão.

Banido do Brasil, em junho de 1970, junto com outros 39 presos políticos, em troca do embaixador alemão no Brasil, Von Holleben, seqüestrado em ação organizada pela ALN e pela VPR. Carlos Eduardo foi para a Argélia e, em seguida, dirigiu-se para Cuba, onde reali-

zou treinamento de guerrilha. Voltou ao país clandestinamente em 1971, engajado no Moli-po, sendo morto em 10 de dezembro do mesmo ano.

A necropsia afirma que teria sido “[...] encontrado morto no interior de um veículo com um tiro”. Seu óbito foi registrado no IML/RJ com o nome de *Nelson Meirelles Riedel*, pela guia 235, da 23ª DP.

A nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança afirma que a morte de Carlos Eduardo ocorreu em decorrência de tiroteio na praça Avai, nas proximidades do Méier, na cidade do Rio de Janeiro, após tentar abandonar o carro em que fora abordado pelos agentes, por volta de 3h30min da madrugada.

O registro de ocorrência nº 3.220 da 23ª DP, de 10 de dezembro de 1971, informa:

Às 04:50 hs recebi comunicação do DOPS de que o Comissário Eduardo Rodrigues daquela dependência encontrava-se na Pça. Avai onde ocorreu algo de anormal e solicitou meu comparecimento. Rumei para o local em companhia do Del. Dias e do Escrivão Mendonça. Lá chegando o Comissário Eduardo cientificou-nos de que cerca das 03:30 hs passando nas proximidades da Pça. Avai, em serviço normal de ronda do DOPS ouviu disparos de arma de fogo na direção daquele logradouro, rumando para lá com os policiais integrantes da equipe. No local encontrava-se um automóvel marca Dodge Dart, cor verde, placa CB4495-GB, em cujo interior, no banco traseiro, do lado direito, jazia o cadáver de homem de cor branca, aproximadamente 27 anos, trajando calça tipo “Lee”, de cor bege, camiseta de cor branca, com diversas perfurações produzidas por projéteis de arma de fogo. O veículo estava com as quatro portas abertas e metralhado nos quatro lados. No local já se encontrava o perito do IC, Benedito, solicitado que fora pelas autoridades acima referidas que também já solicitaram o rabecão e o reboque para o veículo. Assim sendo, a pedido daquela autoridade expedi a guia nº 235/71 para o IML e guia de remoção do veículo para a G2 ficando o mesmo a disposição do DOPS.

Examinando o laudo de necropsia e as fotografias da perícia de local, percebe-se que Carlos Eduardo tinha marcas de algemas nos pulsos, o que confirma sua prisão e derruba a versão oficial. Dos 12 tiros que recebeu, a direção de todos é de frente para trás, o que dificilmente corresponderia aos ferimentos de alguém que estivesse em um banco traseiro do automóvel metralhado dos quatro lados. Além disso, o laudo é acompanhado de gráficos dos orifícios de entrada e saída: ele recebeu um tiro no púbis e dois no pênis, e não há hipótese de que possam ter sido desferidos no local onde, diz a versão oficial, seu corpo foi encontrado.

A perícia informa que “[...] a busca papiloscópica tornou-se impraticável face a ausência de dígitos papilares com propriedades permissíveis a tal pesquisa”. O que teria ocorrido com as mãos de Carlos Eduardo que não teria permitido o exame papiloscópico?

Os jornais *O Dia* e *O Globo*, de 11 de dezembro de 1971, divulgaram a sua morte reproduzindo a nota oficial dos órgãos de segurança, chamando a atenção para a circunstância de tal fato ter ocorrido exatamente no “mesmo local onde, há tempos, uma viatura policial foi incendiada e seus patrulheiros algemados”. Outros jornais do mesmo dia, como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* apenas divulgaram a nota oficial.

Na CEMDP, o relator Nilmário Miranda concluiu pelo deferimento do caso, que foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996.

Luiz Hirata

Nasceu em 23 de novembro de 1944, em Guaiçara (SP), filho de Tadayoshi Hirata e Hisao Hirata. Morto em 20 de dezembro de 1971. Militante da Ação Popular (AP).

Estudava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP), mas abandonou os estudos em 1969, quando estava no 4º ano, em razão das perseguições políticas. Com atuação no movimento sindical, ele era um dos cinco coor-

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e

Desaparecidos Políticos a Partir

de 1964. São Paulo: Imprensa

Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 168/96, na CEMDP.

